



The Observatory of Social  
and Political Elites of Brazil

ISSN on line  
2359-2826

## **Desempenho político e fiscal nos pequenos municípios brasileiros até 5 mil habitantes**

Willson Gerigk (unicentro/ufpr/nisnt)

**newsletter**

v. 1 ▪ n. 3 ▪ outubro, 2014

universidade federal do paraná (ufpr) ▪ núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

## **Desempenho político e fiscal nos pequenos municípios brasileiros até 5 mil habitantes**

Willson Gerigk\*

Resumo: São apresentados o desempenho eleitoral e fiscal dos partidos políticos que controlaram os municípios brasileiros com menos de cinco mil habitantes entre os anos de 1996 e 2012. O PMDB é a agremiação política com maior representação entre os pequenos municípios. O PSDB é o segundo partido mais dominante, levando-se em consideração os cinco últimos pleitos eleitorais. Destaque-se ainda a evolução constante do PSB, passando de 19 prefeituras em 1996 para 81 em 2012. Os percentuais de investimentos públicos entre as legendas partidárias apresentaram os seguintes percentuais médios: 11% para PL/PR, PSB e o grupo Outros, 12% para os do PPS e do PSDB, 13% para PPB/PP, PDT, PTB e PFL/DEM e 14% para PT e PMDB.

Aproximadamente 23% dos municípios brasileiros têm população inferior a cinco mil habitantes e representavam em 2012, segundo estimativa populacional do IBGE, 1.298 municípios.

A divisão desses municípios entre as regiões brasileiras apresentava os seguintes números em 2012: 84 na região Norte, 240 na Nordeste, 395 na Sudeste, 435 na Sul e 144 na região Centro-Oeste.

Que partidos têm controlado as prefeituras dessas pequenas cidades de até 5 mil habitantes ao longo das últimas cinco eleições municipais? Quem ganhou e quem perdeu prefeituras? O padrão de investimento e de gastos públicos é distinto quando se consideraram os diferentes partidos políticos no comando da cidade?

Nas últimas cinco eleições a configuração política, nesses pequenos municípios, se caracterizou pela altíssima diversidade de partidos que adquiriram, nas urnas, o direito de administrá-los.

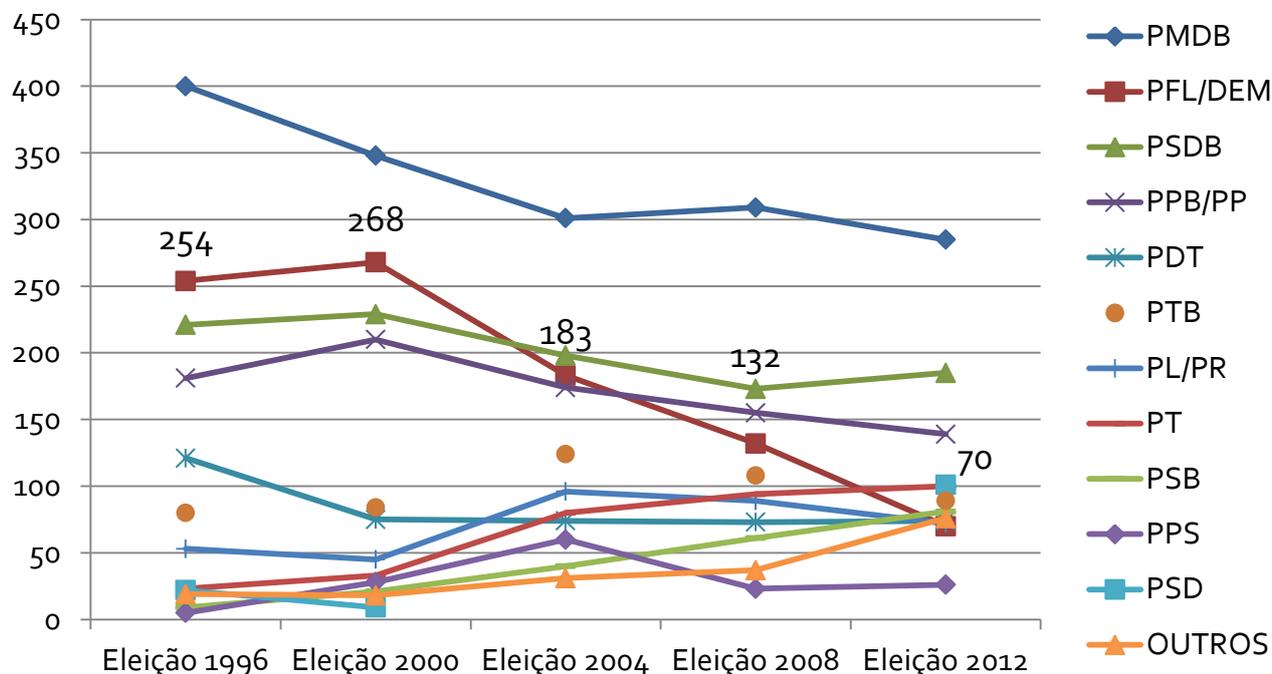
Em 1996, dezessete partidos políticos diferentes saíram-se vencedores em pelos menos um pequeno município. Na eleição seguinte, em 2000, 17 partidos, em 2004 o total passou a ser de dezenove, em 2008 foi de vinte e um e na disputa política de 2012 foram vinte e três agremiações partidárias diferentes que ganharam o direito de governar pelo menos um pequeno município.

A análise do conjunto dessas eleições permite destacar dez partidos políticos: PMDB, PFL/DEM, PSDB, PPB/PP, PDT, PTB, PL/PR, PT, PSB e PPS, quando se aborda a quantidade de pequenas prefeituras que ficaram sob suas responsabilidades administrativas.

Nesse conjunto de partidos, o PMDB é a agremiação política com maior representação entre os pequenos municípios brasileiros. Em 1996 venceu em 400

municípios (28,82% do total nessa faixa populacional), na eleição de 2000 em 348 (25,44% do total), em 301 municípios na eleição de 2004 (22,12% do total); 309 na de 2008 (24,64% do total) e 285 na de 2012 (21,95% do total dos pequenos municípios).

Gráfico 1. Resultado das eleições municipais nos pequenos municípios (1996 a 2012)



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP

Outros: 1996 = PSC (7), PRP (6), PMN (2), PSL (2), PV (1) e PSDC (1).

Outros: 2000 = PSL (6), PSC (4), PRP (3), PSDC (2), PST (2) e PMN (1).

Outros: 2004 = PV (7), PSL (5), PSC (4), PRTB (4), PHS (3), PMN (3), PRP (3), PC do B (1) e PT do B (1).

Outros: 2008 = PRB (8), PSC (8), PV (6), PMN (4), PTN (4), PHS (2), PSL (1), PSDC (1), PTC (1), PC do B (1) e PT do B (1).

Outros: 2012 = PV (19), PRB (13), PSC (12), PMN (8), PC do B (6), PSL (5), PTC (3), PHS (2), PRP (2), PPL (2), PT do B (2), PSDC (1), PRTB (1).

O PSDB é o segundo partido mais presente entre os municípios pequenos, seguido do PPB/PP, pelo PFL/DEM, que vem perdendo representação a cada nova eleição municipal, e pelo PDT, em quinto lugar. Destaque-se, ainda, o PSD que governa, atualmente, 101 pequenos municípios.

Entretanto, os cinco partidos políticos com maior número de prefeituras, PMDB, PSDB, PFL/DEM, PPB/PP e PDT, perderam, continuamente, nas últimas cinco eleições, espaço para outros partidos políticos concorrentes. Em 1996 eles detinham o comando político-administrativo em pouco mais de 84% dos pequenos municípios. Em 2012 esse percentual passou a ser de aproximadamente 65%.

Esse fato ocorreu devido ao aumento do número de prefeituras sob o comando do PTB, PL/PR, PT e PSB a partir de 2004 e pela estabilização dos números desses partidos nas eleições seguintes. A queda mais notável foi a do PFL/DEM, como se lê no gráfico: de 268 prefeituras das pequenas cidades em 2000, o partido controla hoje apenas 70.

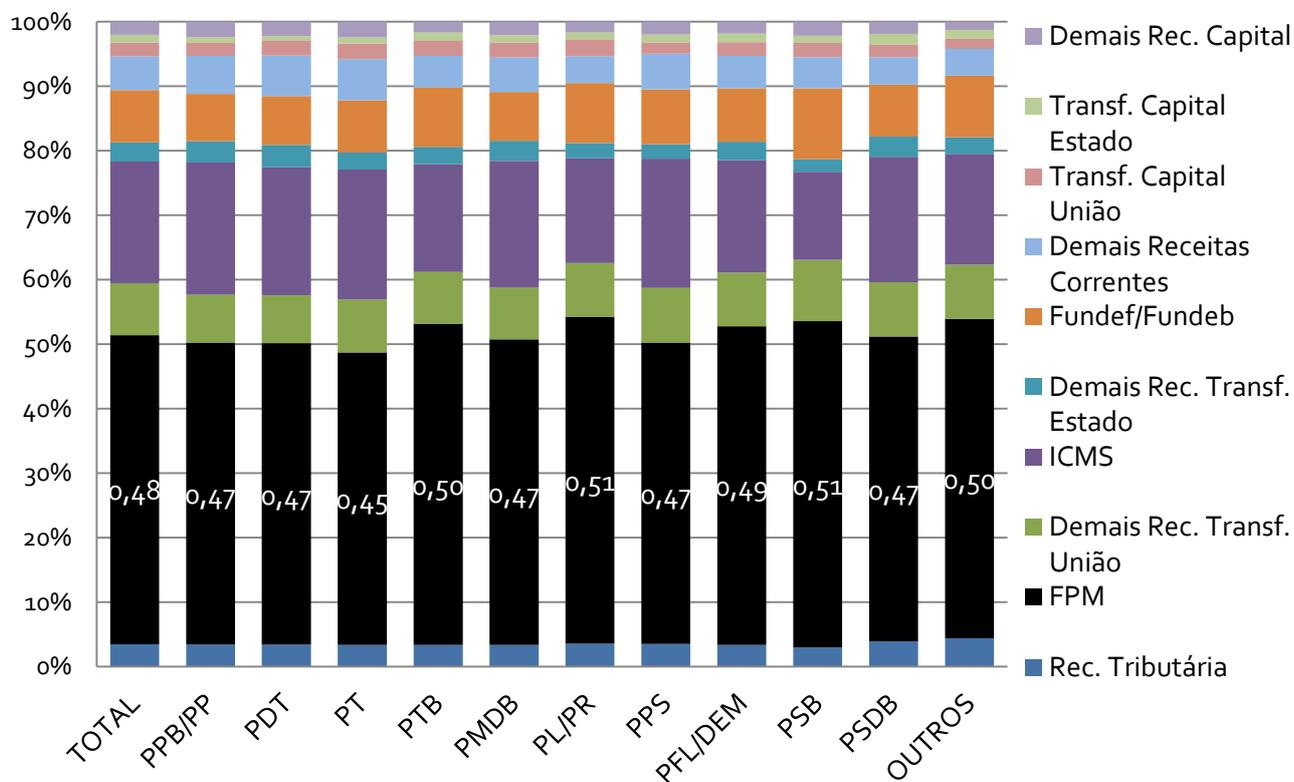
O PTB passou a administrar 124 pequenos municípios após 2004 e 108 deles na eleição de 2008. O PT, que tinha 80 prefeituras após a eleição de 2004, passou a ter 100 na última (2012). Destaque-se ainda a evolução constante do PSB entre os pequenos municípios, passando de 19 prefeituras em 1996 para 81 em 2012 e a instabilidade do PPS: em 1996 venceu em cinco prefeituras passando para 60 nas eleições de 2004, mas voltou a perder espaço político na eleição de 2012, quando venceu em apenas 26 pequenos municípios.

A média das **receitas** e das **despesas** municipais deflacionadas, entre 1999 a 2012, nos pequenos municípios cresceu em torno de 144% e de 115%, respectivamente, passando as receitas de R\$ 2,07 milhões de reais para 5,08 milhões de reais em cada unidade e as despesas de R\$ 2,07 milhões de reais para 4,47 milhões de reais.

Entre os partidos que governaram os pequenos municípios nesse período, as receitas médias totais não apresentaram variações significativas. Isso se deve ao fato de que a principal fonte das suas receitas são as transferências constitucionais da União e de seus respectivos Estados, o que lhes assegura certa estabilidade de arrecadação.

O Gráfico 2 mostra os percentuais médios que compuseram o total das **receitas** dos pequenos municípios, entre 1999 e 2012, por partido político.

Gráfico 2. Composição percentual média da receita total, entre os anos de 1999 a 2012, por partido político

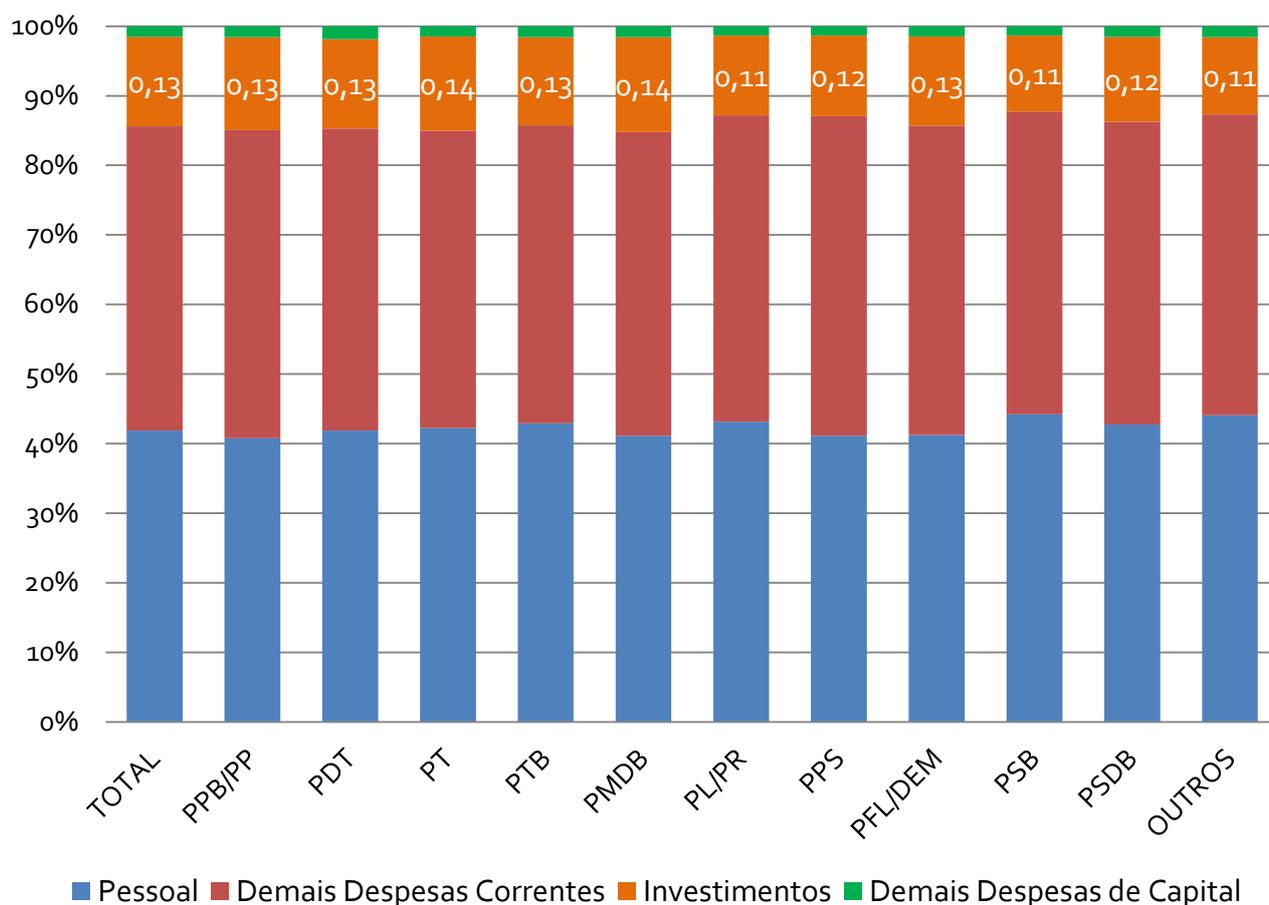


Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP  
Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE para dezembro/1998

As receitas tributárias representaram em média 3% das receitas totais. As transferências da União em torno de 56%, as dos Estados, aos seus respectivos municípios, aproximadamente 22%, as transferências do Fudef/Fundeb 8%. As demais receitas correntes (receitas de contribuições, agropecuária, industriais, de serviços e as outras receitas correntes) responderam, em média, por 5% das entradas totais de recursos e as receitas de capital apresentam percentuais médios em torno de 5%.

No Gráfico 3 consta a composição percentual média das **despesas** orçamentárias totais, entre os anos de 1999 a 2012, levando em consideração os partidos políticos que administraram esses municípios brasileiros com menos de 5 mil habitantes.

Gráfico 3. Composição percentual média da despesa total entre os anos de 1999 a 2012, por partido político



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil/NUSP  
Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE para dezembro/1998

Observa-se em primeiro lugar que as estruturas das despesas orçamentárias não registraram diferenças significativas em relação aos percentuais médios anuais.

As despesas com pessoal e encargos sociais representaram, em média, 41% para os pequenos municípios que tiveram governos do PPB/PP, PMDB, PPS e do PFL/DEM; 42% para os do PDT e PT; 43% no caso dos do PTB, PL/PR e PSDB e de 44% para os do PSB e o grupo Outros.

Quanto às demais despesas correntes os percentuais médios ficam em torno de 43% para os do PDT, PT, PTB, PSB, PSDB e o grupo Outros, em 44% para os do PPB/PP, PMDB, PL/PR e do PFL/DEM e em torno de 46% para os do PPS.

Os percentuais relativos aos investimentos públicos entre as legendas partidárias apresentaram os seguintes percentuais médios: 11% para PL/PR, PSB e o grupo Outros, 12% para os do PPS e do PSDB, 13% para PPB/PP, PDT, PTB e PFL/DEM e 14% para PT e PMDB.

\* Willson Gerigk é estudante de doutorado em Políticas Públicas na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Contabilidade pela UFPR e graduação em Ciências Contábeis pela Unicentro/PR. Atualmente é professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), no curso de Ciências Contábeis. É também vinculado aos grupos de pesquisa: Contabilidade, um conhecimento globalizado (Unicentro) e do Núcleo de Estudos em Instituições (NINST/UFPR). Tem experiência em estudos sobre contabilidade, finanças e políticas públicas municipais.

como citar:

GERIGK, Willson. 2014. Desempenho político e fiscal nos pequenos municípios brasileiros até cinco mil habitantes. **Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, v. 1, n. 3, outubro. p.1-8.



## Normas para colaboração

A **Newsletter do Observatório de elites políticas e sociais do Brasil** aceita somente notas de pesquisa originais. Elas devem apresentar resultados substantivos de pesquisas empíricas a partir da análise de dados e evidências ainda não publicados. As notas de pesquisa devem conter até 2,5 mil palavras. A decisão sobre sua publicação cabe ao Editor a partir da avaliação de dois pareceristas. Os manuscritos submetidos serão avaliados através do sistema duplo-cego.

O resumo das notas de pesquisa deve ser redigido no formato IMRAD (introdução, materiais e métodos, resultados e discussão). O título da nota de pesquisa deve conter até 150 caracteres com espaços. Cada nota de rodapé deve conter no máximo 400 caracteres com espaços. As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas no final da nota de pesquisa, listadas em ordem alfabética obedecendo ao padrão **Harvard autor-data**.

As contribuições devem ser submetidas ao Editor através do endereço eletrônico:

[oelites@gmail.com](mailto:oelites@gmail.com)



Copyright© 2014  
observatory of brazilian political and social elites  
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

**Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**

editor: Adriano Codato (ufpr)

conselho editorial: Bruno Bolgnesi (unila); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto (fgv-sp); Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (puc-rs); Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/ufpr); Maria Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

Financiamento: CNPq. Processo n. 477503/2012-8

**observatório de elites políticas e sociais do brasil**

universidade federal do paraná – ufpr  
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp  
rua general carneiro, 460 sala 904  
80060-150, curitiba – pr – brasil  
Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: [uelites@gmail.com](mailto:uelites@gmail.com) ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

*One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.*

**Rights and Permissions**

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.  
Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of brazilian political and social elites** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of brazilian political and social elites**.

**Newsletters** are available online at <http://observatory-elites.org/> and subscriptions can be requested by email to [uelites@gmail.com](mailto:uelites@gmail.com).